

DESTAQUE

MÁRCIO MOREIRA ALVES

A missão de Ricúpero

O embaixador Rubens Ricúpero, um dos melhores quadros do Itamaraty, ganhou uma missão aparentemente impossível ao aceitar o cargo de ministro da Amazônia. Terá de coordenar todas as ações do governo federal em um território que ocupa 67% do País. Isso quer dizer coordenar:

a) a logística amazônica, quase toda militar;

b) a instalação do gigantesco projeto de inteligência artificial do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), apoiado em um conjunto de radares, em grande parte ainda por instalar, na utilização de satélites e de aeronaves equipadas de sensores e na interpretação computarizada das fotos por eles recolhidas;

c) a ação do Ibama, na proteção do meio ambiente;

d) a ação da Funai, um órgão que tem 80% de seus funcionários tomando conta da Casa do Índio, em Brasília, em vez de estarem perto das casas dos índios, onde eles vivem;

e) a ação da Polícia Federal, cuja eficiência passou a ser popularmente contestada depois do episódio PC Farias, que conta com um efetivo muito inferior ao necessário, ganhando, nos seus escalões mais baixos, salários que são um estímulo à corrupção;

f) os projetos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) e do Banco da Amazônia, que mexem com interesses de elites políticas e empresariais locais em organismos com longa tradição de escândalos.

A lista acima não é exaustiva, mas por ela se pode constatar que cada um desses órgãos pertence a um ministério diferente. Todos

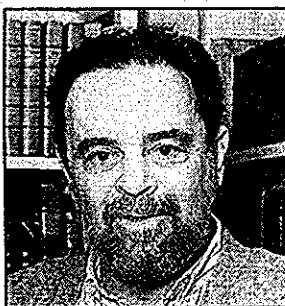
tratarão de preservar sua autonomia. Terá Ricúpero poder político para exercer a coordenação que lhe é atribuída? E, mesmo que tenha, poderá ela ser feita com apenas dois assessores e uma secretária, lotação de pessoal que se anuncia para o tal "ministério"?

A criação do Ministério da Amazônia e a nomeação de um quadro de elite do Itamaraty para dirigi-lo obedeceram a alguns objetivos imediatos. Em primeiro lugar, a escolha de um diplomata em vez de um militar procura afastar a acusação de conservacionistas estrangeiros, segundo a qual o governo brasileiro buscava a militarização da região.

A militarização dificultaria a obtenção de créditos para projetos amazônicos. A busca desses créditos seria uma das missões para a qual Ricúpero estaria particularmente qualificado, dado seu conhecimento dos organismos internacionais de crédito. Hoje, tanto no Banco Mundial como no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma parte considerável dos recursos disponíveis só pode ser atribuída a projetos ambientalmente sustentáveis.

O outro objetivo imediato seria apaziguar a opinião pública internacional preocupada com a preservação dos direitos humanos, especialmente irritada com o Brasil nos últimos tempos, dado o massacre dos prisioneiros do Carandiru, a matança dos meninos de rua e, agora, de índios.

Se Ricúpero conseguir levar a bom termo metade das tarefas que lhe serão atribuídas, pode dizer shazam e sair voando pela janela. Teremos descoberto a real identidade do Capitão Marvel.



■ Márcio Moreira Alves é jornalista

Terá o ministro da Amazônia poder político para exercer a coordenação que lhe é atribuída?